



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

## **INTERPELAÇÃO ESCRITA**

### **Quando é que se vai iniciar a consulta pública sobre o regime de cobrança da taxa sobre os resíduos sólidos?**

Com o objectivo de desenvolver de forma sistemática a protecção ambiental em Macau, em articulação com o “14.º Plano Quinquenal do Estado” e com o “Segundo Plano Quinquenal de Desenvolvimento Socioeconómico da Região Administrativa Especial de Macau (2021-2025)”, entre outros, a Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental (DSPA) divulgou recentemente o documento de consulta do “Planeamento da Protecção Ambiental de Macau (2021-2025)”, que inclui um plano de trabalho para os próximos cinco anos e a “construção solidária de uma sociedade de baixo carbono e duma vida ecológica”.

Refere-se ainda a promoção do projecto “poluidor-pagador”, baseado no respectivo princípio, a promoção ordenada do regime de cobrança duma taxa sobre os resíduos sólidos urbanos, incluindo o sistema já implementado de cobrança de resíduos da construção civil e o estudo do sistema de cobrança da taxa de tratamento de resíduos especiais e perigosos, para se criar, a longo prazo, condições para promover o sistema de cobrança duma taxa sobre os resíduos domésticos. O Planeamento de Gestão de Resíduos Sólidos de Macau (2017- 2026), divulgado pelas autoridades em 2017, refere que, entre 2020 e 2022, tem início a consulta pública sobre o Regime de cobrança da taxa sobre os resíduos sólidos urbanos, e entre 2023 e 2026 a criação e a promoção do Regime de cobrança de taxas sobre os resíduos sólidos urbanos.

Nos últimos anos, registou-se algum progresso na promoção dos trabalhos de



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

protecção ambiental em Macau, com o lançamento de várias medidas, mas no que respeita à promoção da cobrança sobre o lixo doméstico, o progresso está a ser lento. A DSPA avançou, no segundo trimestre de 2020, com uma simulação acerca da cobrança de taxas sobre os resíduos domésticos, dividida em duas fases, a primeira com uma duração de quatro meses e a segunda com uma duração de três meses, no entanto, a mesma foi adiada devido ao impacto da epidemia.

A utilização de meios económicos adequados para reduzir a produção de resíduos é um método eficaz aplicado em muitas cidades e regiões. No entanto, a sua implementação envolve muita controvérsia, abrange muitas áreas e a sua concretização é muito complicada, por isso, o Governo deve proceder, o mais rápido possível, aos trabalhos de planeamento e consulta.

Pelo exposto, interpelo sobre o seguinte:

1. A referida simulação de cobrança de taxas sobre os resíduos domésticos já foi concluída? Quais foram os resultados alcançados?
2. Todos os sectores têm opiniões diferentes em relação à cobrança de taxas sobre o lixo, o que dificulta a promoção das políticas respectivas. Assim, o Governo deve, tal como previsto, avançar com a consulta pública acerca do regime de cobrança de taxas sobre os resíduos sólidos urbanos. Vai fazê-lo? O referido regime poderá ser implementado até 2026?

28 de Janeiro de 2022

**O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM**

**Lam Lon Wai**